

## **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

**Robson Afonso Botelho**

Secretário de Infraestrutura Hídrica

**Elianeiva de Queiroz Viana Odísio**

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

**Maria da Glória Almeida Teixeira**

Especialista Médio I

**Juliana Brito dos Santos**

Analista Técnico-Administrativo

### **CMT ENGENHARIA**

**Auriman Cavalcante Rodrigues**

Coordenador-Geral

**Carlos Danger Ferreira e Silva**

Coordenador Setorial

**Mariana Veríssimo Pacheco**

Coordenadora Setorial

**Denise Bonomo**

Inspetora Ambiental

**Juliana Márcia Andrade**

Inspetora Ambiental

### **Equipe Técnica:**

**Adriana Martins**

Analista Ambiental

**Ana Paula Alencar**

Analista Ambiental

**Fabiana Lisboa**

Analista Ambiental

**Leonardo Brilhante de Medeiros**

Analista Ambiental

**Marcello Aponte**

Analista Ambiental

**Marismar Bispo**

Analista Ambiental



**Dados da Publicação:**

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

**Realização:**

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

**Coordenação:**

Juliana Márcia Andrade

**Pesquisa e Textos:**

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

**Ilustração e Projeto Gráfico:**

Francisco Puygcerver

Pablo Murilo Araujo

**Revisão:**

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



## LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2.</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>7</b>
<b>3.</b>	<b>ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA .....</b>	<b>8</b>
3.1.	Comunidades Quilombolas no Brasil.....	8
3.2.	Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
4.1.	Fase de Instrumentação .....	13
4.1.1.	Público-Alvo.....	15
4.1.2.	Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2.	FASE DE INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES .....	16
<b>5.</b>	<b>ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>6.</b>	<b>COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA .....</b>	<b>20</b>
6.1.	Resultados da Memória Coletiva .....	20
6.1.1.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico..	20
6.1.2.	Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico .....	22
6.2.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social ....	24
6.2.1.	Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social .....	25
6.3.	Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva .....	25
6.4.	Pesquisa Socioeconômica .....	26
6.4.1.	Aspectos Socioeconômicos da Comunidade.....	27
6.4.2.	Infraestrutura Social e Econômica .....	34
6.4.3.	Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo.....	36
6.4.4.	Serviços de Apoio à Produção.....	36
6.4.5.	Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica .....	37
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>8.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>
<b>9.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>41</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



## 2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



### 3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

#### 3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do



interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).



No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência dessas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

### 3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negros e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.



De acordo com Araripe & Nascimento (2008) essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



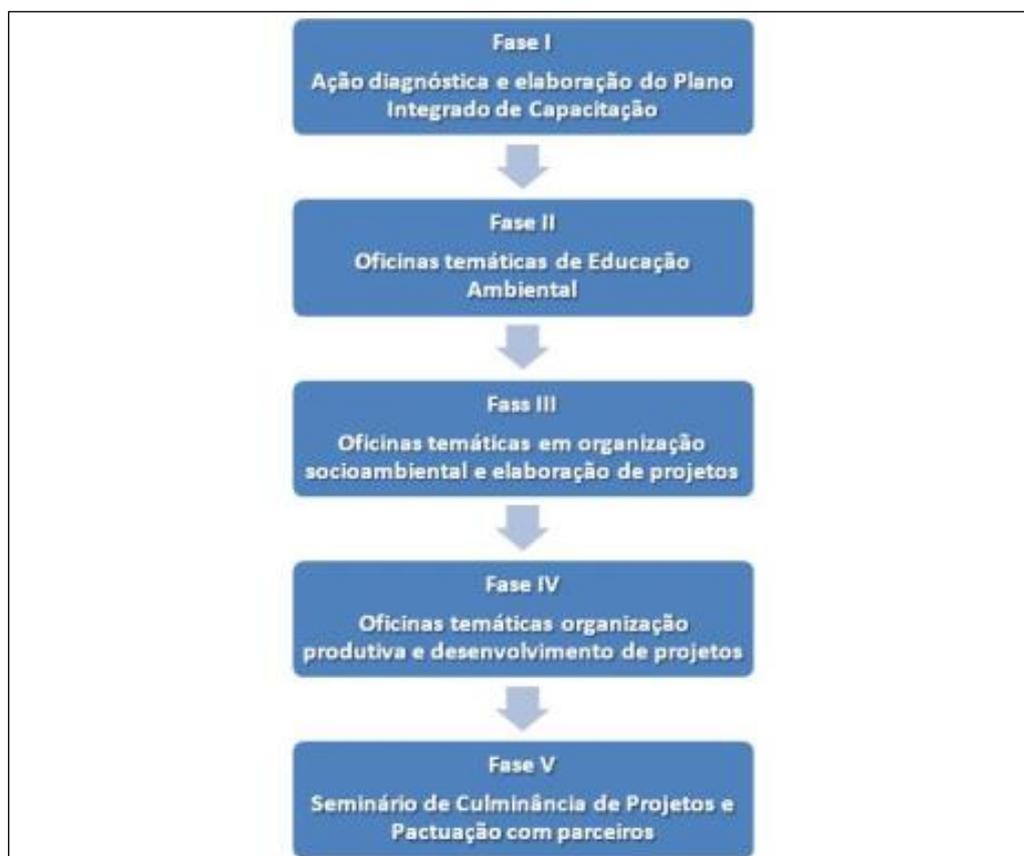
#### 4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

#### 4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovido a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais e ainda 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que



realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade dessa metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância, foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para



gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

#### 4.1.1. Público-Alvo

Comunidade quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, município de Cabrobó.

#### 4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, este instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não



sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

#### 4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade, visando a confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial dessas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas os aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e



prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, essas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



## 5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

*“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”*

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Essa disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Santana, localizada no município de Salgueiro, estado de Pernambuco.



## 6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA

### 6.1. Resultados da Memória Coletiva

#### 6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Santana propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir,



representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade Santana:

Quadro 01: Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade quilombola Santana.

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Água encanada não suficiente; água no riacho e água de cacimba.</i>	<i>Que a água encanada chegasse para todos; carros pipa.</i>	<i>A qualidade da água; a distância percorrida para encontrar água potável e o acesso à água encanada.</i>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Lixo a céu aberto; queima de lixo; não há coleta;</i>	<i>Coleta do lixo; reciclagem; redução do consumo; um depósito;</i>	<i>Falta transporte para coleta; falta depósito; consciência dos moradores;</i>
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Médico 01 vez ao mês; agente de saúde; meios naturais (plantas medicinais);</i>	<i>Tratamento médico; remédios caseiros.</i>	<i>Transporte dos doentes; falta de organização; um só médico e visitas periódicas; ausência de exames simples.</i>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Desmatamento, água de baixa qualidade; estrada precária; animais soltos.</i>	<i>O conhecimento das pessoas; o trabalho doméstico; a movimentação dos moradores; a união da comunidade.</i>	<i>A falta de reciclagem do lixo; a falta de oportunidade para os jovens; a poluição; processos erosivos; desmatamento das margens do riacho.</i>
NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Dois educadores com nível superior; grupo de dança; artesanato; nove jovens cursando o nível superior; festejos da comunidade.</i>	<i>Organização da comunidade; pessoas preparadas para o mercado; força de vontade do grupo; o saber fazer.</i>	<i>Falta uma escola na comunidade; cursos profissionalizantes; transporte de qualidade; acesso à informação; falta de espaço de lazer; falta de motivação; falta de união.</i>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Comunicação boca-a-boca; telefone celular com antena; bilhetes; televisão; rádio; reuniões; religiosidade.</i>	<i>Interação entre os moradores, comunicação na comunidade; informações.</i>	<i>Falta de união; o acesso à internet, capacitações; informações insuficientes.</i>



NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação; Sindicato de Trabalhadores Rurais; Coral de jovens; Centro de Cultura Luis Freire; IPA; CMT Engenharia.</i>	<i>Participação; conhecimento sobre agricultura; interesse dos jovens.</i>	<i>Falta de reuniões por parte do sindicato; união entre os moradores; falta de representatividade da comunidade em órgãos públicos; falta de apoio de órgãos ligados ao governo.</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Cebola, feijão, milho, coentro, alho, mandioca, arroz, galinha, porco, cabra, banco de sementes.</i>	<i>Água, terra arada, conhecimento das pessoas, ferramentas.</i>	<i>Falta de água, transporte para as máquinas, falta de conhecimento técnico, um trator, energia, bomba d'água, apoio dos órgãos competentes.</i>

### 6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

#### Nossas Águas e Usos

A comunidade de Santana é abastecida com água encanada proveniente de adutoras do rio São Francisco, mas, segundo os moradores, o volume de água que chega as casas não é suficiente para atender as necessidades das famílias. Outras fontes de abastecimento, como riachos e cacimbas são utilizadas para atender a demanda, porém são temporárias e a água é de má qualidade para o consumo humano. Os moradores alegam que, mesmo com água de baixa qualidade para consumo, os riachos ainda representam grande importância para a comunidade. A água proveniente dos riachos e das cacimbas é utilizada nas atividades domésticas e agrícolas.



### Nosso Lixo

Os resíduos gerados geralmente são queimados, enterrados ou simplesmente espalhados nos terrenos. Os moradores alegam que este é um dos principais problemas que enfrentam no local, e que buscam soluções para amenizá-lo. Solicitam maior conscientização dos moradores, coleta frequente por parte do município e um depósito comunitário para facilitar o acondicionamento dos resíduos domiciliares.

### Nossa Saúde

Uma vez ao mês a comunidade recebe a visita de um médico e de um agente comunitário de saúde. Os moradores não dispõem de transporte para conduzir os doentes e nem de infraestrutura laboratorial para a realização de exames periódicos mais simples. Regularmente, os moradores recorrem à sede do município de Salgueiro em busca de atendimento médico adequado. Faz parte da cultura local, o uso de recursos da caatinga na elaboração de medicamentos caseiros.

### Nosso Meio Ambiente

Os moradores de Santana reconhecem os principais impactos e as consequências causados ao meio ambiente em função dos desmatamentos, das queimadas, da poluição dos cursos hídricos e do descarte inadequado dos resíduos sólidos. Esses problemas constituem uma ameaça constante à saúde pública e agrava a degradação ambiental, comprometendo a qualidade de vida dos moradores da comunidade. A população local acredita que a situação evidencia a urgência em se adotar um programa de conscientização educacional o qual possa assegurar uma melhoria do nível de qualidade de vida, e uma redução dos impactos ambientais em face do crescimento e desenvolvimento populacional.

### Nossa Educação e Cultura

Na comunidade há duas escolas municipais desativadas, mesmo assim os moradores investem na educação acreditando ser a principal forma de desenvolvimento social. Existem educadores que moram e trabalham na comunidade, e um número expressivo de jovens que cursam o ensino superior. Os moradores reivindicam a reabertura das escolas, um transporte escolar de qualidade e a implantação de cursos profissionalizantes no local.

### Nossa Comunicação

Os moradores utilizam bilhetes, avisos e conversas entre vizinhos como principais meios de comunicação. A telefonia celular também é utilizada, mas o seu uso é limitado devido à baixa frequência do sinal. A comunidade trabalha na busca de projetos de inclusão digital para serem implementados na própria comunidade.



## Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

A Associação Quilombola Comunidade Santana – AQCS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, o Centro de Cultura Luiz Freire - CCLF, o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA e o Ministério da Integração Nacional - MI, assim como a Prefeitura Municipal de Salgueiro e o coral de jovens, são mencionados como os principais parceiros e movimentos sociais presentes na comunidade.

## Nossos Arranjos Produtivos

Os moradores produzem apenas para consumo próprio ou comunitário, predominando as culturas de feijão, milho e cebola. Esporadicamente, quando há uma oferta maior de água, algumas hortaliças são produzidas. A comunidade busca auxílio em assistência técnica, maquinário agrícola, bombas d'água para irrigação e apoio dos órgãos competentes para alternativas de produção agrícola.



Foto 01. Plantio de arroz em área irrigada próxima ao Riacho Salgueiro.



Foto 02. Encerramento da Oficina de Mapeamento Técnico, comunidade quilombola de Santana.

## **6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social**

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.



Nos mapas sociais elaborados em Santana, os recortes territoriais, assim como os principais pontos históricos da comunidade, receberam um maior destaque pela comunidade. O riacho Grande e o riacho Salgueiro são os principais mananciais da localidade e as moradias foram distribuídas em função destes. Também são citados o Serrote dos Pedros e a Serra do Boqueirão, além das duas escolas desativadas da comunidade e da igreja evangélica, construída na década de 1990. A origem da formação da comunidade, as práticas agrícolas, as estradas de acesso, os recursos hídricos disponíveis e as estruturas sociais que são consideradas símbolos da comunidade, como a igreja e a escola, foram destacados. O Projeto de Integração do rio São Francisco também foi enfatizado no mapa como elemento do recorte territorial. A seguir, os mapas elaborados em Santana:



Foto 03. Mapa elaborado pelos moradores durante a Oficina de Mapeamento Social. Foto 04. Outro mapa elaborado durante a Oficina.

### 6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

Na comunidade de Santana, a elaboração coletiva dos mapas evidenciou principalmente a formação social da ocupação do território. Para as lideranças locais, os mapas representaram uma oportunidade de realizar uma releitura mais ampla do território e da história quilombola, possibilitando aos mais jovens um aprendizado sobre o que é relevante e necessário para o desenvolvimento local. Os elementos citados nos mapas são considerados pelos comunitários como locais e símbolos de resistência e luta por direitos.

A comunidade Santana foi representada nos desenhos como uma comunidade relativamente pequena, a qual teve o seu desenvolvimento oportunizado em função dos recursos naturais locais, como áreas de cultivo e cursos d'água existentes.

### 6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações



futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a essas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. Quanto à proposta de capacitações do Plano, o grupo optou por suprimir algumas oficinas oferecidas, sendo aprovada conforme segue:

- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Reflorestamento;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Sócio-Produtivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Implantação e Gestão de Viveiros; e
- Oficina de Empreendedorismo.

#### 6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.



#### 6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

##### Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola Santana localiza-se no município de Salgueiro, Estado de Pernambuco, há 24 (vinte e quatro) quilômetros de distância da sede do município, e seu acesso é por estrada de terra a partir do bairro Primavera, passando pelo distrito de Pau Ferro, que se localiza a 3 (três) quilômetros da comunidade.

A seguir, imagens que representam a comunidade:



Foto 05. Cacimba da comunidade próxima a riacho.



Foto 06. Trecho do riacho Salgueiro localizado na comunidade quilombola Santana.

As famílias Rocha, Luciano e Mariano foram os primeiros moradores a chegarem ao local, ainda no século XIX. Antônio Luciano casou-se com Rosa Rocha. Os moradores mais antigos relatam que Luciano chegou após fugir de uma fazenda em Passagem de Pedra, sítio localizado no município vizinho de Terra Nova. Alguns moradores migraram do Sítio Gravatá, também em Terra Nova.

Há relatos que apontam “Tio Santo”, um índio da tribo Umãs, que hoje dá nome a um distrito de Salgueiro, como um dos fundadores da comunidade e o nome Santana teria sido em sua homenagem. Porém, a comunidade foi formada principalmente pela união de membros da família Rocha e da família Luciano.

As relações de parentesco na comunidade Santana sempre foram marcantes, e alguns acontecimentos históricos só fortaleceram esta dinâmica, como a grande seca de 1932, que aproximou ainda mais as famílias para superarem as dificuldades. Nesta mesma época consolida-se a figura de João Mariano, líder comunitário que mobilizou os moradores e lutou por melhorias junto ao poder público, agregando organização social e reivindicação pelos direitos que lhes pertencem.

As famílias Rocha, Mariano e Luciano doaram parte de terras aos filhos e netos, dando origem assim ao que hoje é o território de Santana. Os atuais moradores consideram que

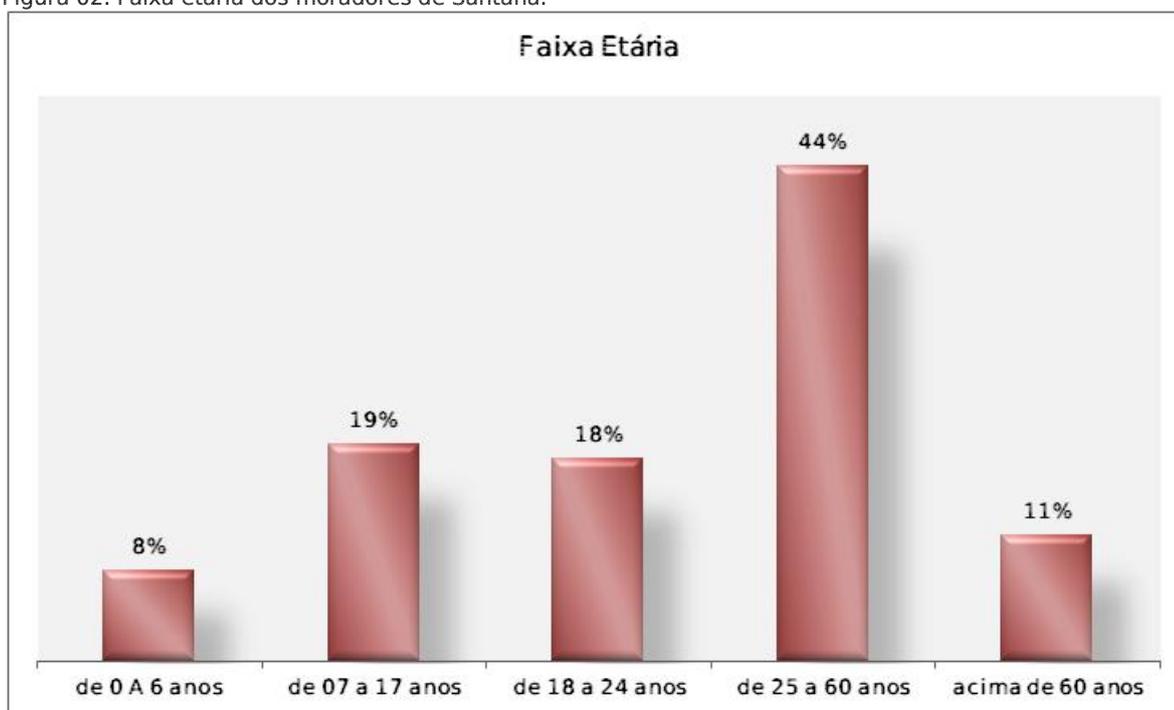


o território possui tamanho insatisfatório para o desenvolvimento local, e também é limitado por conflitos atuais em relação ao tamanho exato.

### População

Atualmente, Santana possui aproximadamente 67 (sessenta e sete) famílias, totalizando quase 400 (quatrocentos) moradores. Alguns domicílios possuem mais de uma família, fato que ocorre historicamente também devido às relações estreitas de parentesco. A partir da parceria entre Ministério da Integração Nacional – MI e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA foram construídas oito casas de alvenaria. E segundo os moradores, a FUNASA ainda pretende instalar mais 32 banheiros. Apesar de existirem ainda algumas casas de taipa, a maioria das casas da comunidade é de alvenaria, construídas pelos próprios moradores. A faixa etária predominante é entre os 25 (vinte e cinco) e 60 (sessenta) anos, conforme demonstra gráfico a seguir:

Figura 02. Faixa etária dos moradores de Santana.

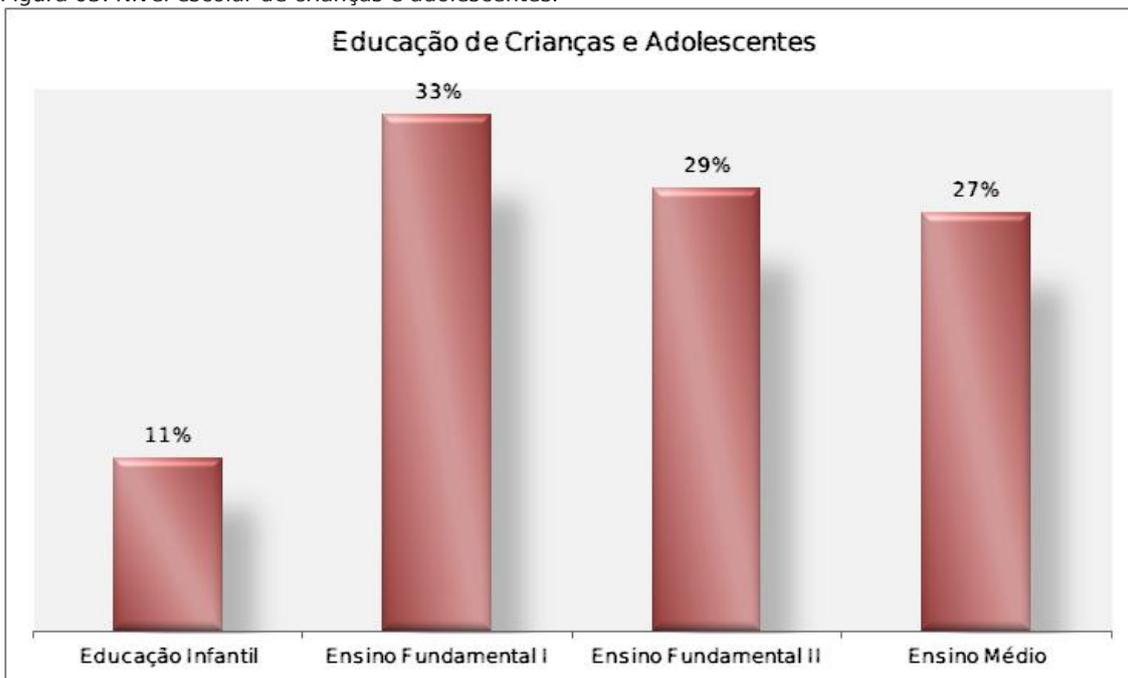


### Educação

No que diz respeito ao grau escolar entre os moradores de Santana, observa-se que crianças e adolescentes estão distribuídos de forma equilibrada nos três níveis escolares: ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio. Segundo a pesquisa feita com os moradores, 33% cursam o ensino fundamental I, 29% cursam o ensino fundamental II e 27% cursam o ensino médio. O gráfico a seguir representa a educação de crianças e adolescentes na comunidade.

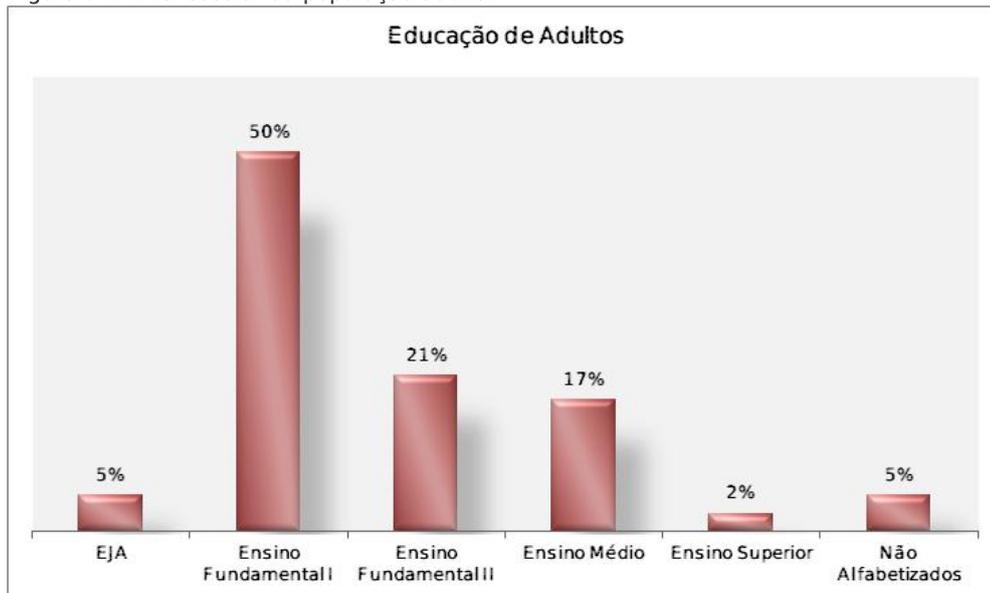


Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



Na educação de adultos o maior percentual registrado está no ensino fundamental I, com 50% dos matriculados no ensino formal. Este fato, associado ao fato de apenas 5% da população adulta frequentar o programa Educação de Jovens e Adultos – EJA demonstra o déficit educacional da comunidade. Apesar disso, a comunidade possui moradores com ensino superior e pós-graduação. O gráfico a seguir demonstra a escolaridade desta faixa etária:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.

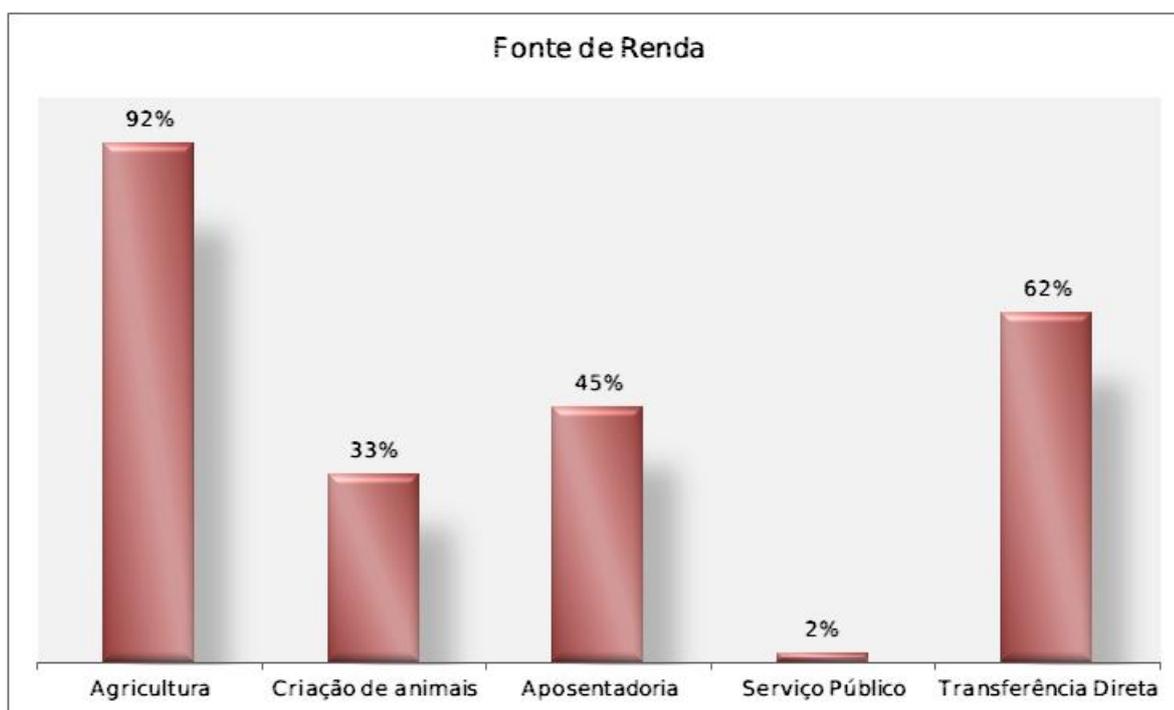


## Fonte de Renda

Os meios de trabalho e as atividades produtivas existentes na comunidade são diversificados, e as principais formas de geração de renda estão relacionadas à agricultura, criação de animais, produção de artesanatos e serviços públicos, mas também existem outros meios de renda como a aposentadoria e programas de transferência direta.

O programa Bolsa Família e a aposentadoria são citados como as principais fontes de renda a partir de transferência direta, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



## Manifestações Culturais

As principais manifestações culturais que ocorrem em Santana são a festa da padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Santana, que acontece no mês de julho, e os festejos de São João, em junho. Os moradores destacam o papel do grupo de dança tradicional da comunidade, o Manzuca, e o trabalho das benzedeadas e rezadeiras junto aos moradores.

No distrito de Pau Ferro, a festa religiosa de São José, que dura 9 (nove) dias, conta com uma programação que envolve apresentações culturais, comidas típicas, novenas, além de atrativos esportivos, como torneio de futebol e passeio ciclísticos e é sempre frequentada pelos moradores de Santana.



### Organização Comunitária e Movimentos Sociais

Em 2009 a então Associação de Moradores de Santana passa a se chamar Associação Quilombola Comunidade Santana, devido ao reconhecimento da comunidade enquanto comunidade quilombola pelo órgão competente. Os próprios moradores reconhecem que ainda falta muito para que ela assuma um papel importante junto aos moradores. Eles acreditam na mobilização e união entre os moradores para aumentar o número de participantes nas reuniões e nas atividades desenvolvidas pela Associação. Dessa forma, eles esperam o fortalecimento da Associação para possíveis reivindicações.

### Regularização Fundiária

A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como quilombola no ano de 2007. Desde então o processo de regularização fundiária está sob a responsabilidade do INCRA, e após apresentação de relatórios técnicos, em fase final de avaliação.

### Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

Em suas atividades produtivas, Santana recebe apoio do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, que realiza visitas periódicas a comunidade. Porém, os moradores relatam que não existem programas contínuos de assistência técnica. Além destes, também existem parcerias, como com a Prefeitura Municipal de Salgueiro por meio das Secretarias de Culturas e Educação com atuação na organização de festejos e atividades educativas e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e Ministério da Integração Nacional - MI, com o projeto de construção/substituição de casas de taipa por casas de alvenaria.

A comunidade ratifica a importância da atuação dessas instituições e do município, porém solicita ações mais abrangentes, pois os moradores entendem que os programas e projetos apresentados à comunidade necessitam de um acompanhamento sistemático e regular. Relatam também que a participação comunitária influencia muito este processo, e a falta de interesse de alguns moradores implica em dificuldades para conquista dos objetivos almejados. Alguns moradores buscam melhorar este quadro investindo na área acadêmica, pois segundo eles é o caminho para um desenvolvimento comunitário de forma mais equilibrada.

### Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

A comunidade de Santana faz limite ao sul com a Serra do Boqueirão, ao leste com o distrito de Pau Ferro, a oeste com os sítios Novos e Tamboril e ao norte com o sítio Várzea do Ramo. Nos mapas sociais desenhados pela comunidade pode-se observar que as moradias estão distribuídas ao longo do riacho Grande e da estrada. O riacho Salgueiro também é citado nos relatos como importante reserva hídrica. Há, também, forte representatividade dos espaços sociais como a escola, as igrejas católica e evangélica.



Os principais produtos cultivados são o milho e o feijão, porém são produzidos apenas para consumo das próprias famílias. Alguns são comercializados na feira semanal do município de Salgueiro, mas em pequena escala. A utilização de agrotóxicos é uma prática comum na região e na comunidade Santana, na qual predomina a monocultura da cebola e o crescimento acelerado da fruticultura. Os moradores são capazes de identificar os reflexos desta prática e já pensam em buscar alternativas para proteger a produção local dessa prática, principalmente a dos alimentos mais consumidos.

Seminários e palestras sobre os efeitos danosos do uso destes produtos são realizados para os agricultores com o propósito de educar e reduzir o uso de agrotóxicos. Segundo informaram os moradores, uma única família produz alimentos de origem orgânica e sempre tem sua produção comercializada.

A agricultura é praticada tanto em uma área extensa e coletiva. É importante ressaltar que a maioria das famílias não cultiva em seus quintais, e quando há cultivo é apenas de algumas árvores frutíferas, para consumo próprio.

#### Expectativas da Comunidade

Os temas que mais se destacam na comunidade de Santana são a mobilização social, a gestão da água e de resíduos sólidos e a promoção de formações técnicas, que segundo relatos dos moradores são as principais carências da comunidade atualmente.

As principais expectativas citadas quando à formação local foram:

- Elaboração de projetos;
- Captação de recursos para projetos;
- Valorização da educação local;
- Valorização da Caatinga;
- Curso de corte e costura;
- Criação de animais de pequeno e médio porte;
- Comercialização do artesanato;
- Formação em associativismo;
- Capacitação em comunicação comunitária e mobilização social;
- Gestão pública de resíduos sólidos;
- Gestão pública de recursos hídricos; e
- Capacitação em coleta seletiva.



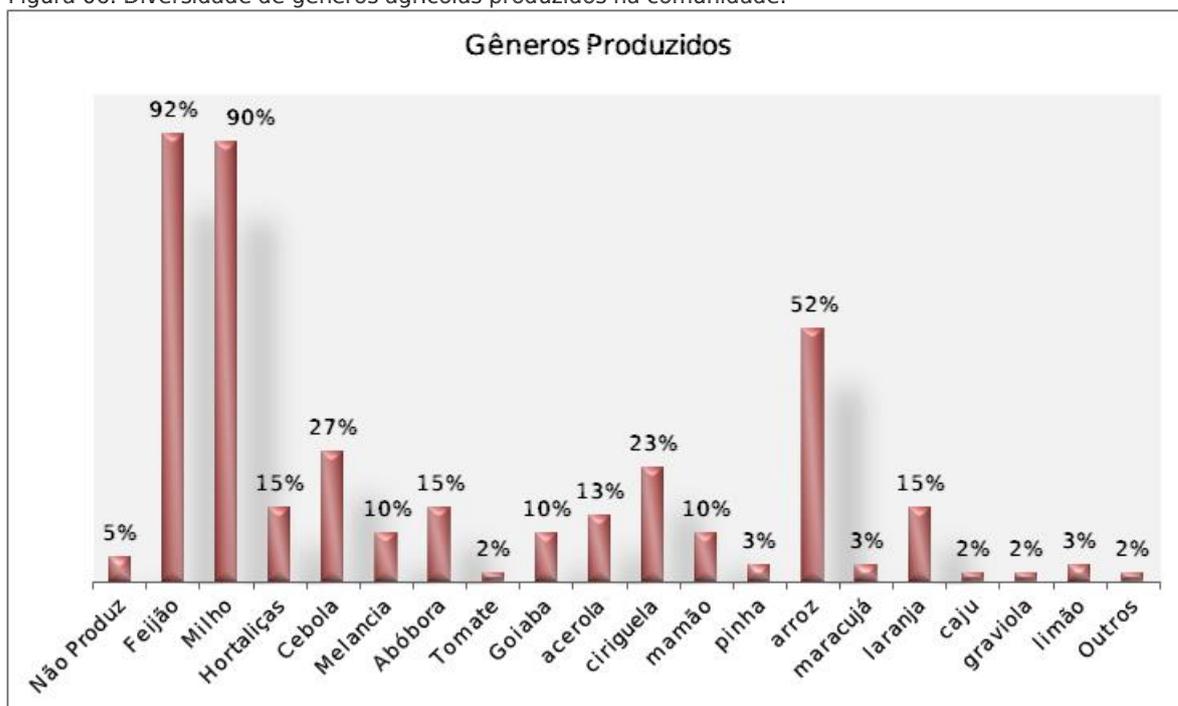
## Arranjos Produtivos

As atividades agrícolas são as principais fontes de renda da comunidade, com mais da metade das famílias dependendo de pequenas produções.

A produção de milho e feijão, culturas mais representativas no local, é voltada apenas para o consumo das famílias, e produto como o coentro e outras hortaliças são comercializados na feira do município de Salgueiro. Há também diversificação em outros gêneros produzidos em menor quantidade, mas conforme a disponibilidade de água.

A seguir, o gráfico representa a produção agrícola na comunidade:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.



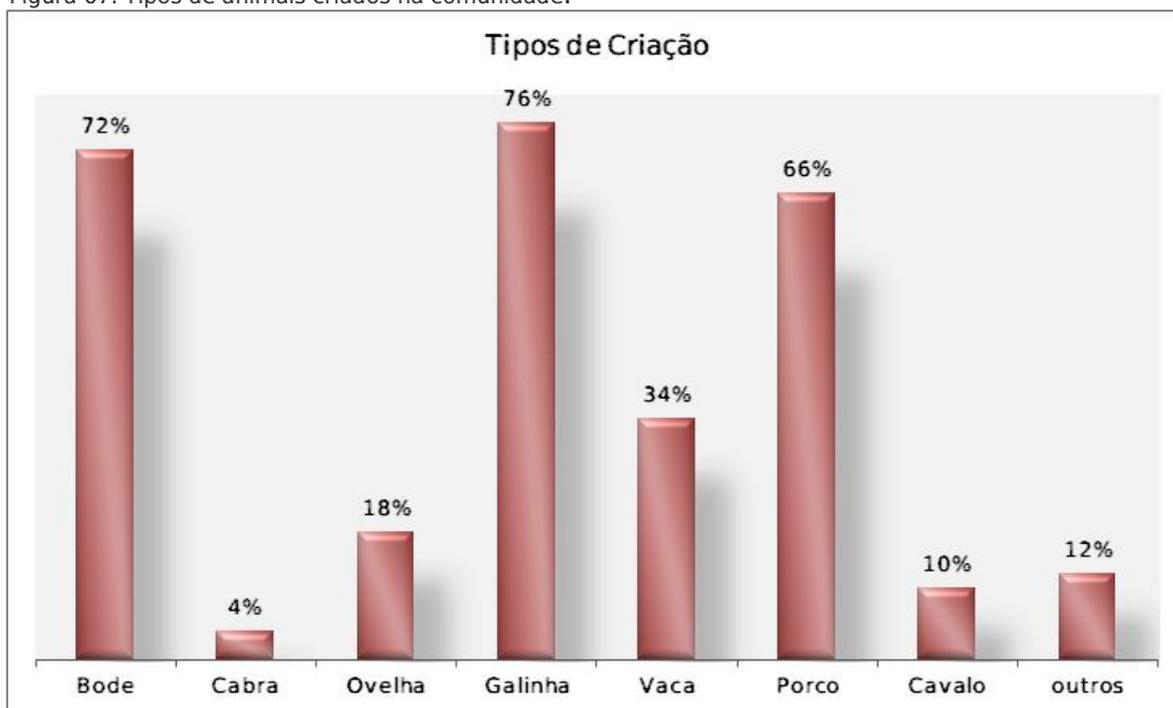
Cerca de 70% das famílias produzem apenas para o consumo próprio. A produção da cebola é totalmente comercializada e vendida diretamente a atravessadores, pois os moradores alegam que ainda assim é mais rentável do que transportá-la a outros locais.

Quanto aos animais, são criados na comunidade galinha, porco, bode, vaca e outros em menor quantidade. Poucas famílias informaram que criam com o objetivo de comercializar, mas quando o fazem a produção predominante é de bode, seguida de porco e vaca. Essa comercialização, seja de animais ou do plantio, geralmente são realizadas na feira que ocorre aos sábados no município de Salgueiro, ponto de comercialização mais intenso e mais próximo à comunidade.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:



Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



#### 6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

##### Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

A comunidade de Santana tem como principal fonte de abastecimento a água encanada da rede proveniente de Cabrobó, de responsabilidade da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA. Porém menos da metade das casas contam com este benefício. Os moradores relatam as dificuldades em relação a este recurso, pois não existem muitas alternativas para solucionar o problema.

Algumas propriedades possuem açudes e, nos períodos mais críticos, distribuem aos demais moradores. A presença de carros pipa é sempre solicitada pelos moradores à Prefeitura Municipal de Salgueiro nos períodos de maiores dificuldades em relação a este recurso. Existem dois riachos que cortam o território, o riacho Grande e o riacho Salgueiro, mas os moradores alegam que, apesar de muito utilizados, a água não é própria para o consumo humano.

- Efluentes Domésticos

Na comunidade de Santana não existe rede de esgoto e poucas casas possuem fossas. Algumas casas de taipa foram substituídas por casa de alvenaria com banheiros a partir de programa do Ministério da Integração Nacional - MI em parceria com a FUNASA, mas mesmo essas não estão ligadas à rede de coleta de efluentes.



- **Coleta e Destinação do Lixo**

Os resíduos sólidos gerados em Santana não são coletados pela Prefeitura Municipal de Salgueiro. A grande maioria das famílias, cerca de 90%, pratica a queima do lixo e cerca de 10% dos domicílios deixam o lixo espalhado a céu aberto. Os moradores relatam que este é um dos principais problemas que a comunidade enfrenta. A falta de conscientização por parte dos moradores também é levantado como um grande problema na gestão dos resíduos sólidos da comunidade. Não só o lixo espalhado incomoda os moradores, mas também a própria queima, que traz transtornos para todos, principalmente às crianças.

Dentre as principais reivindicações da comunidade é a escolha de um local para a destinação do lixo, que servirá como depósito comunitário e ponto de coleta. A comunidade relata que existe coleta no distrito de Pau Ferro, sob responsabilidade da Prefeitura de Salgueiro, o que facilitaria a coleta na comunidade, distante apenas 3 (três) km do distrito. A falta de um local apropriado e de articulação com a Prefeitura de Salgueiro impede que esta ação seja colocada em prática.

### Energia Elétrica

Na comunidade de Santana, 97% dos domicílios possuem energia elétrica, mas os outros 3% ainda não tem acesso a este benefício, sendo casas um pouco mais afastadas do principal núcleo habitacional.

### Saúde

O atendimento médico, segundo os moradores, é realizado na comunidade somente para àquelas pessoas que não podem se deslocar por algum tipo de limitação física. Para as demais situações, o atendimento é feito pelo Programa de Saúde da Família no posto de saúde do distrito de Pau Ferro, localizado a três quilômetros de Santana. Em casos mais graves os enfermos são encaminhados para o Hospital Regional de Salgueiro.

Há também o acompanhamento pelo agente de saúde que realiza visitas periódicas à comunidade. A maior parte, 78% das famílias, faz uso de meios naturais para os cuidados com a saúde, como remédios caseiros e utilização de plantas retiradas da Caatinga.

Os principais problemas relacionados à saúde da comunidade e relatados com frequência são a falta de um transporte adequado para os doentes, ausência de exames simples e a presença de apenas um profissional em saúde, seja médico ou agente comunitário, em visitas periódicas. É solicitada uma maior frequência das visitas e mais profissionais para o atendimento.

Também é uma opinião consensual que os resíduos espalhados nos terrenos da comunidade contribuem para o aparecimento de doenças, assim como a queima destes resíduos e a existência de algumas casas de taipa, propícias ao aparecimento do barbeiro, vetor da doença de Chagas.



## Educação

A comunidade de Santana possui duas escolas municipais desativadas, a Escola João Mariano dos Santos e a Escola José Vitorino de Barros. Os alunos da comunidade estudam na Escola Municipal Joaquim Barbosa de Maria, em Pau Ferro e na Escola Agrícola de Umãs, outro distrito do município de Salgueiro. As escolas possuem ensino fundamental e médio.

O transporte à escola é feito em carros “pau-de-arara”, comuns na região e sempre citado como o transporte mais utilizado pelos moradores, porém, relatam que o transporte é inadequado e não atende a todos.

Existe ainda o Projeto Arca das Letras, sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e também a possibilidade de implementação de um projeto de inclusão e democratização digital na comunidade.

## Comunicação

A comunicação é um fator limitante ao desenvolvimento local, tendo em vista o difícil acesso que os moradores têm a informações. Existem televisores, rádios e antena para telefonia celular, mas os moradores reclamam da frequência do sinal. A comunidade relata que as reuniões dos moradores e a religiosidade são aspectos que contribuem muito para a disseminação de informações. A utilização de bilhetes e cartas ainda é muito difundida na comunidade, fazendo parte da vida de praticamente todos os moradores.

Possuem dificuldades em relação à mobilidade da população local, pois apesar da proximidade com o distrito de Pau Ferro não dispõem de transporte regular adequado. Os moradores relatam ainda há falta de segurança na estrada que dá acesso à comunidade, que são vítimas de assaltos há muitos anos e que não contam com o auxílio policial.

### **6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo**

#### Recursos Naturais

Alguns moradores, assim como faziam gerações anteriores, já utilizaram recursos da Caatinga para atividades geradoras de renda, como as sementes para o artesanato, entretanto, atualmente, esta prática não é comum. Alguns vegetais ainda são utilizados para a elaboração de medicamentos caseiros.

### **6.4.4. Serviços de Apoio à Produção**

#### Assistência Técnica

Segundo as lideranças locais, nenhuma família da comunidade de Santana conta com assistência técnica voltada à produtividade local por parte do município, órgãos ou instituições competentes.



#### 6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade quilombola de Santana é constituída aproximadamente por 67 (sessenta e sete) famílias, com faixa etária média entre 25 e 60 anos. A população total é de aproximadamente 400 (quatrocentos) moradores.

Santana possui duas escolas municipais, ambas desativadas. Os moradores solicitam ao município um espaço mais adequado e mais equipamentos. A escola não possui estrutura e corpo técnico suficiente para extensão de suas atividades e cumprimento do calendário escolar.

Os festejos religiosos recebem destaque, assim como manifestações culturais no distrito de Pau Ferro. Missas e novenas são comuns, principalmente em homenagem à padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Santana. As benzedeadas e o grupo de dança Manzuca também recebem destaque na comunidade.

A organização social centraliza-se a partir da Associação de Moradores Quilombolas de Santana, com parcerias com a Prefeitura Municipal de Salgueiro, o Ministério da Integração Nacional e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro.

Santana foi certificada como comunidade quilombola em 2007, e aguarda a documentação oficial de seu território pelo órgão competente.

As atividades agrícolas ainda representam a principal fonte de renda da maioria das famílias, mas são limitadas por ausência de assistência técnica e baixa disponibilidade de água. A comercialização de algumas criações e hortaliças é realizada em pequena escala e somente quando há excedente, na feira do município de Salgueiro.

Algumas famílias são atendidas por água encanada, porém não são todos os domicílios que estão conectados à rede de abastecimento. Muitas famílias ainda dependem de água dos riachos e cacimbas encontrados na comunidade.

Não há rede de efluentes domésticos ou coleta de resíduos na comunidade. Os resíduos são queimados ou enterrados. A comunidade solicita às autoridades municipais um depósito coletivo para os resíduos e transporte periódico para a coleta.

A comunidade não é atendida com frequência por serviços de saúde municipais. Existem visitas periódicas de um médico e um agente de saúde. Para realização de exames periódicos e procedimentos mais complexos, os moradores recorrem ao posto de saúde de Pau Ferro e à sede municipal de Salgueiro.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade quilombola de Santana expressou durante as atividades de mapeamento técnico e social algumas de suas características culturais, religiosas, econômicas, educacionais e sociais, assim como seus anseios pela melhoria da qualidade de vida da comunidade e o respeito de seus direitos como cidadãos quilombolas. Os aspectos mais evidentes são relativos à educação local e aos seus modos de produção, vistas como as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores historicamente. A própria comunidade reconhece também que parte dos moradores não tem interesse por atividades que sejam oferecidas por órgãos ou instituições externas, e até mesmo atividades da Associação local, por não possuírem tempo hábil para os encontros.

A constituição do grupo não foi originalmente quilombola, já que existem relatos de um dos fundadores ser de origem indígena, de uma tribo chamada Umãs. No entanto se reconhecem como tal oficialmente e buscam o crescimento cultural dentro dessa nova configuração. São exatamente como grande parte das pequenas comunidades no nordeste brasileiro, pequenos agricultores de subsistência e nessa condição então sujeitos às severidades do clima na região. A comunidade historicamente passa por períodos de luta e dificuldades de acesso à água, a bens de consumo e serviços básicos. Historicamente, deslocaram-se para ter acesso à água e à educação, fato que se mantém até os dias atuais.

A religiosidade em Santana é bem afluada, sendo que evangélicos e católicos parecem conviver harmonicamente, e dentro da estrutura social existe espaço para os dois cultos em questão, com duas igrejas construídas pelos próprios moradores.

Pela proximidade com a sede do município, muitos moradores trabalham e estudam em Salgueiro, outros trabalham em Umãs, distrito localizado bem próximo à comunidade, aproximadamente 3 (três) quilômetros.

Embora tenham acesso à água encanada, o serviço é irregular e não atende a todos os moradores. O principal curso hídrico que corta o território é o riacho Salgueiro, e segundo informações da comunidade, a água é imprópria para o consumo humano, oferecendo risco à saúde da população local. A comunidade destacou ainda que, nos momentos críticos de falta d'água, os moradores recorrem às cacimbas abertas próximo à margem do córrego para retirar água com o objetivo de atender as suas necessidades. A produção agrícola também é comprometida por essa limitação, não sendo possível levar adiante algumas culturas mais exigentes com relação à irrigação.

Visando o desenvolvimento local, os moradores acreditam e investem na educação e no associativismo, a partir de formação no ensino superior, promoção de capacitações e de formações educativas, parcerias com órgãos e instituições e elaboração de projetos socioprodutivos.



## 8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.



MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view)> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>. Acesso em: 19/01/2012;

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <[http://www.seppir.gov.br/copy\\_of\\_acoes](http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes)> (2008). Acesso em 30/12/2011

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>>. Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

**Escravidão e Resistência em Pernambuco**. Disponível em: <[http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe\\_escravidao.html](http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html)>. Acesso em: 26/03/2012.



## 9. ANEXOS

**Anexo I:** Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

**Anexo II:** Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
Água encanada não suficiente; água no riacho e água de cacimba.	Que a água encanada chegasse para todos; carros pipa.	A qualidade da água; a distância percorrida para encontrar água potável e o acesso à água encanada.
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
Lixo a céu aberto; queima de lixo; não há coleta;	Coleta do lixo; reciclagem; redução do consumo; um depósito;	Falta transporte para coleta; falta depósito; consciência dos moradores;
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
Médico 01 vez ao mês; agente de saúde; meios naturais (plantas medicinais);	Tratamento médico; remédios caseiros.	Transporte dos doentes; falta de organização; um só médico e visitas periódicas; ausência de exames simples.



NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Desmatamento, água de baixa qualidade; estrada precária; animais soltos.</i>	<i>O conhecimento das pessoas; o trabalho doméstico; a movimentação dos moradores; a união da comunidade.</i>	<i>A falta de reciclagem do lixo; a falta de oportunidade para os jovens; a poluição; processos erosivos; desmatamento das margens do riacho.</i>
NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Dois educadores com nível superior; grupo de dança; artesanato; nove jovens cursando o nível superior; festejos da comunidade.</i>	<i>Organização da comunidade; pessoas preparadas para o mercado; força de vontade do grupo; o saber fazer.</i>	<i>Falta uma escola na comunidade; cursos profissionalizantes; transporte de qualidade; acesso à informação; falta de espaço de lazer; falta de motivação; falta de união.</i>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Comunicação boca-a-boca; telefone celular com antena; bilhetes; televisão; rádio; reuniões; religiosidade.</i>	<i>Interação entre os moradores, comunicação na comunidade; informações.</i>	<i>Falta de união; o acesso à internet, capacitações; informações insuficientes.</i>
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação; Sindicato de Trabalhadores Rurais; Coral de jovens; Centro de Cultura Luis Freire; IPA; CMT Engenharia.</i>	<i>Participação; conhecimento sobre agricultura; interesse dos jovens.</i>	<i>Falta de reuniões por parte do sindicato; união entre os moradores; falta de representatividade da comunidade em órgãos públicos; falta de apoio de órgãos ligados ao governo.</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Cebola, feijão, milho, coentro, alho, mandioca, arroz, galinha, porco, cabra, banco de sementes.</i>	<i>Água, terra arada, conhecimento das pessoas, ferramentas.</i>	<i>Falta de água, transporte para as máquinas, falta de conhecimento técnico, um trator, energia, bomba d'água, apoio dos órgãos competentes.</i>



## ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

